

**Teorias e práticas políticas:
a natureza domada – matas,
rios e campos cultivados**

JARDIM BOTÂNICO DE OLINDA: ENTRE O REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO E AS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO IMPÉRIO (1811-1854)

Mateus Samico Simon

Resumo

Durante cerca de quarenta anos de funcionamento, o Jardim Botânico de Olinda operou como um instrumento de trocas vegetais entre Pernambuco, as demais regiões do Brasil e o além-mar, bem como local de estímulo à diversificação de cultivos estratégicos, associado à política reformista da Coroa em fins do século XVIII. No pós-independência, as diretrizes básicas dessa política continuam a vigorar nos quadros da administração pública, em meio às tensões sociais internas e às incertezas das atividades exportadoras tradicionais – açúcar e algodão - criando a urgência de se encontrar um novo produto com inserção privilegiada nos mercados mundiais. Ao mesmo tempo, os jardins botânicos procuravam estimular a racionalização das atividades agrícolas, através de aulas e publicações científicas voltadas à Botânica e à Agricultura. Este artigo analisa o caso do Jardim Botânico de Olinda em relação ao contexto das políticas fomentistas coloniais e imperiais, que envolvia instituições análogas em outras localidades.

Palavras-chave: transferência de plantas; colonialismo; botânica; Brasil; agricultura.

Abstract

During its about forty years of activity, Olinda's Botanical Garden (Pernambuco-Brazil) operated as an intermediary in plant exchanges between Pernambuco, other areas of Brazil and overseas, as well as a place to incentive increased diversity of strategic crops, in accordance with reformist policies of the Portuguese crown at the end of the 18th century. During post-Independence period, the basic lines of that policy remained on the agenda of public administration, in the midst of social struggles and uncertainties about traditional export products – sugar and cotton – making all the more urgent the discovery of a new goods with privileged insertion on the world market. This paper focuses on the relationship between Olinda's Botanical Garden and the context of colonial and imperial foment policies, involving similar institutions in other localities. On the other hand, it situates other strategies and interests implying botanical exchanges, that provoked adaptations, and argues about the future and utility of Brazilian scientific gardens.

Keywords: plant transfers; colonialism; botany; Brazil; agriculture.

Debalde separou à Natureza as terras, interpondo-lhes longas extensões e mares; pois que os homens, impelidos das necessidades ou verdadeiras ou fictícias, romperam essas barreiras, e vão buscar de uma para outra parte ou os produtos dos vegetais para com eles trafegarem, ou os mesmos vegetais para os naturalizarem e possuírem; poupando-se desta sorte ao trabalho de os irem procurar e transportar de mais longe todas as vezes que deles hão mister, e obrigando a outras Nações a mudarem o Comércio para os seus portos, donde lhes provém uma riqueza imensa.

(Câmara, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810).

Durante a primeira metade do século XIX, dentro de diversos locais do território brasileiro, mantiveram-se em funcionamento jardins botânicos com atividades regulares de manutenção de viveiros de espécies, que integraram-se aos núcleos urbanos de cidades como Belém do Pará (1796), Rio de Janeiro (1808-09), São Paulo (instalado entre 1799-1825), Ouro Preto (1825).¹ Este capítulo se propõe a acompanhar o desenvolvimento do Jardim Botânico da cidade de Olinda, que funcionou entre 1811 e 1854, entre as áreas dos atuais bairros da Sé, Bonsucesso e Amaro Branco, dentro do núcleo colonial hoje tombada pelo patrimônio histórico.²

¹ A documentação faz referências também a jardins na Bahia e Maranhão, sobre os quais a bibliografia que consultamos foi pouco clara acerca de datas de criação, e sobre seu desenvolvimento. Nos eximimos portanto de fazer referências mais demoradas acerca deles. Para referências gerais ver JOBIM, L.C. “Os Jardins Botânicos e o Fomentismo Português no Brasil” *Anais da III Reunião da SBPC*. São Paulo, 1984, p. 57-62; SANJAD, N.R. “Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820”. In: *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Vol.7, 2006, pp. 251-278, e SEGAWA, H. *Do amor ao público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

² Segundo V.B. Cavalcanti, o jardim foi chamado popularmente de *Quintas do Rei* e oficialmente foi referido como *Viveiro de Plantas*, *Real Viveiro de Plantas de Olinda*, em 1811: *Jardim das Especiarias e Plantas Exóticas* em 1823; *Jardim Nacional e Imperial* em 1827; *Jardim das Plantas Exóticas da cidade de Olinda* em 1829 e *Horto Botânico* (1835) além do sempre referido *Jardim Botânico de Olinda* e ‘*Horto D’El Rey*.’” *Olinda do Salvador do Mundo: biografia da cidade*.

A cronologia básica sobre o Jardim de Olinda já encontra-se sintetizada em alguns trabalhos.³ Sem dúvida, como vem sendo ressaltado a algum tempo, esses jardins foram espaços a partir dos quais foram distribuídas várias espécies vegetais que se tornaram familiares às populações locais, enriquecendo o repertório de plantas à disposição para usos medicinais, comerciais ou estético-paisagísticos. Neste capítulo, procuro entender a história do Jardim dentro enquanto local de manejo de espécies e também como um espaço privilegiado de materialização de concepções econômicas, científicas e políticas, situando-o, portanto, num quadro mais geral.

Concebido nos moldes dos jardins de aclimação coloniais, sua história está ligada a um período de mudanças institucionais no Brasil, entre a condição de sede do Império Ultramarino Português (1808), o processo de independência e a consolidação do Estado brasileiro, e teve um papel complementar a outras instituições análogas citadas acima. Faziam parte de uma política mais ampla de fomento à pesquisa, ao conhecimento da botânica nativa e à experimentação de novas espécies, como forma de estímulo à agricultura, mas tiveram influências também dos congêneres criados por ingleses, holandeses e franceses em suas colônias durante os séculos XVII e XVIII.

Não foi no entanto o único veículo para efetivar essas transferências, talvez nem mesmo o que deixou marcas mais duradouras

Recife: Editora ASA de Pernambuco, 1986, p. 135. Utilizaremos, no entanto, “Jardim Botânico” indiscriminadamente durante a maior parte do trabalho.

³ As referências básicas sobre o Jardim encontram-se em COSTA, F.A.. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1965 (11 vol.). Para sínteses mais acessíveis, ver MEUNIER, I.M.J. & SILVA, H.C.G. “Horto D’el Rey de Olinda, Pernambuco: História, Estado Atual e Potencialidades da Cobertura Vegetal de uma área verde urbana (Quase) esquecida”, disponível em: *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, Piracicaba, vol. 4, nº 2, 2009, pp.62-81, Disponível em: <http://www.revsbau.esalq.usp.br/>, Acesso: 01/09/2011, e também RODRIGUES, J. et. al. “Aspectos histórico-ecológicos do Horto d’El Rey de Olinda, Pernambuco.” *Mneme*, v. 7. n. 19, Caicó: dez. 2005/jan. 2006. pp. 388-413. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em 26/09/2011, e AGUIAR, C. “Ação Joanina em Pernambuco: O Horto d’El Rey de Olinda”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 438, Rio de Janeiro, Jan/Mar 2008, pp.179-191.

na paisagem e nos usos locais.⁴ O movimento de migrações humanas, mesmo antes do colonialismo moderno, sempre foi acompanhado voluntária ou involuntariamente por espécies vegetais. Os trabalhos de Alfred Crosby – que colocam a polêmica de forma mais incisiva – analisaram de forma extensiva as relações entre o sucesso da colonização europeia e seus agentes bióticos – plantas, animais e doenças – como instrumentos de dominação dos novos territórios incorporados.⁵

No caso de Portugal, a importância dessas transferências já foi colocada como uma característica essencial à expansão lusitana, ressurgindo com as comemorações dos quinhentos anos dos descobrimentos, remetendo também às sugestões de Gilberto Freyre, mais ou menos meio século antes, de uma identidade própria da colonização ibérica que se externaria, entre outras coisas, pela incorporação dos vegetais tropicais um modo de vida híbrido e adaptado às condições alienígenas.⁶ Quando efetivou-se a política de Jardins botânicos no Brasil, uma série de vegetais já haviam entrado para o repertório local, com motivações diversas, ao mesmo tempo que espécies brasileiras circulavam juntamente com as navegações e os contatos comerciais.

⁴ Especificamente sobre Pernambuco, ver MELLO, J.A. “Notas acerca da introdução de vegetais exóticos”. In: *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, nº 3, 1954, pp. 34-64. MELLO, E.C. “Nova Lusitânia” In: MOTA, C.G. *Viagem incompleta. – A experiência brasileira (1500-2000)*, São Paulo: SENAC, 1999, v.1: Formação: histórias, pp. 71-101. Ambos passando ao largo da história ambiental, levantando no entanto informações e discussões extremamente condizentes ao tema e à perspectiva teórica citada. Uma boa síntese dos inventários da flora pelos cronistas quinhentistas, localizando as primeiras introduções exóticas, comentada e atualizada no que diz respeito à nomenclatura científica, ver HOENE, F. C. *Botânica e Agricultura no Brasil no século XVI: Pesquisas e Contribuições*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

⁵ CROSBY, A.W. *O Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 50-55, 112-113, 136-138, 160-164. e *Columbian Exchange* p. 67 e ss.

⁶ Para dados gerais das principais espécies vegetais do mundo colonial lusitano, ver FERRÃO, J. A. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992. As referências às trocas vegetais aparecem em vários trabalhos de Freyre, sintetizadas em *O Mundo que o Português criou: Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Para uma revisão de algumas dessas idéias, ver SIMON, M.S. “Trópico, Natureza e História em Gilberto Freyre”. In: *Cadernos de História*. Recife: EDUFPE, Vol. VI, n. 6, 2009, pp. 72-101.

Nos Jardins, no “Velho” ou no “Novo” mundo, criaram-se zonas de contato entre saberes botânicos de populações estranhas entre si. Entre o início dessa expansão e o período em que este capítulo se detém, os fluxos populacionais entre os continentes tornaram-se paulatinamente mais constantes e amplos geograficamente, colocando em contato também plantas utilizadas tradicionalmente por grupos humanos diversos, ao mesmo tempo que a especialização urbana e industrial de alguns centros e a explosão demográfica crescentes expandia a necessidade de abastecimento, a partir de novos padrões de equilíbrio alimentar e de consumo.⁷ Na manutenção de comunidades européias estabelecidas em ambientes pouco familiares, na formação de uma agricultura tropical em larga escala provocada pela mundialização foram processos amplos; nos quais fazia-se necessário o conhecimento acerca do manejo de espécies vegetais, provocando mudanças nos padrões de consumo de alimentos e fármacos.⁸

Essas necessidades estão na origem dos primeiros jardins botânicos modernos implementados pelos europeus seja em terras “exóticas” seja nos centros urbanos europeus, que doravante incorporavam aos antigos herbários uma série de novos espécimes,

⁷ Nesse sentido, para Immanuel Wallerstein, “A ecologia mundial alterou-se de uma forma que, por causa da organização social da economia-mundo européia emergente, viria a beneficiar primordialmente a Europa”. WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990, p. 51. Sobre as mudanças de consumo – em relação aos estimulantes – e o desenvolvimento capitalista, ver MINTZ, S. *Sweetness and Power: The place of sugar in modern history*. New York: Viking Penguin, 1985, pp. 75-77 e ss.

⁸ A discussão é extensa, sendo impossível sistematizar nos limites deste artigo. Para uma síntese entre alguns pontos, ver WORSTER, D. “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História”. In: *Ambiente & Sociedade*, Vol.VI, n.1, Campinas: jan./jul. 2003, pp. 23-44. Para ele, “a reorganização capitalista realizada nesses anos e, para além de nosso próprio tempo, trouxe um conjunto de mudanças no uso da terra tão revolucionárias e arrasadoras quanto o da revolução Neolítica” provocando “um movimento em direção à simplificação radical da ordem ecológica natural no número de espécies encontradas em uma área e o intricado de suas interconexões [...] os agricultores concentravam cada vez mais suas energias na produção de um número cada vez menor de produtos agrícolas para venda rentável. Eles se tornaram, em suma, especialistas em produção, até ao ponto de virtualmente nada produzirem para seu próprio consumo pessoal e direto”, pp. 35-36.

que faziam parte do repertório de populações espalhadas pelo globo. Para Richard Grove, os jardins botânicos estão entre as instituições que primeiro articularam os conhecimentos que durante o século XVIII e XVIII impulsionaram a formação de uma preocupação ecológica em escala global.⁹ Complementarmente à percepção das ilhas enquanto espaços de frágil equilíbrio ambiental, os jardins botânicos - ambientes fechados e controlados pela arte humana - tornaram-se locais privilegiados da utopia de uma natureza bem ordenada pelas luzes dos homens. O valor simbólico dos jardins estava diretamente ligado a uma mística de reconstrução do Éden na terra, pela reunião da diversidade vegetal da Criação.¹⁰

A política luso-brasileira de jardins botânicos está relacionada, portanto, a uma história milenar de trocas de materiais genéticos entre floras distintas do mundo, que ganha forças dentro de uma dinâmica específica: a construção de um sistema mundial de trocas que acompanhou o colonialismo europeu a partir do século XVI. Essas trocas seguiram mais do que fluxos unidirecionais de dominação, fazendo parte de escolhas culturais e necessidades econômicas.¹¹ Nesse sentido, procuraremos entender o caso do Jardim de Olinda como um espaço no qual as políticas oficiais se encontravam com outros interesses, trazendo assim evidências de como se relacionavam homens e plantas.

Na primeira parte, visto isso, discuto o *Discurso sobre a utilidade dos jardins botânicos nas Principais Províncias do Brasil* (1810), de Manoel Arruda da Câmara. Essa obra - publicada em meio à euforia causada pela invasão da Guiana - marca um momento específico dos rumos da política científica do Estado português, estando a corte e todo o aparato burocrático da monarquia instalado em terras brasileiras, aplicando com mais vigor idéias de incentivo ao desenvolvimento das

⁹ GROVE, R. *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.29-30.

¹⁰ Idem, pp. 13-15

¹¹ Para uma revisão geral do tema, ver BEINART, W e MIDDLETON, K. "Transferência de Plantas em uma perspectiva histórica". In: *Topoi*, v. 10, n. 19, Maringá: jul.-dez. 2009, p. 160-180.

atividades coloniais. O controle dos jardins da colônia francesa permitia acesso a um material botânico excepcional, que os portugueses já secularmente ansiavam possuir. Nesse sentido, entendo que o contato com o conhecimento colonialista acumulado nos jardins trouxe características específicas para os primeiros jardins brasileiros.

A prática do jardim colonial não confundia-se, para Câmara, com aquela dos homônimos metropolitanos. O *Discurso* apresentava um modelo não apenas de Jardim Botânico, mas uma proposta de desenvolvimento econômico diretamente atrelado à riqueza de vegetais, retirando essas idéias de tradições diversas. Nesse sentido, procuro entender quais as linhas básicas de pensamento que orientaram a política de jardins nas últimas décadas do regime colonial e a mistura de tradições botânicas envolvidas em sua origem. Os Jardins Botânicos, entre os órgãos científicos que se perpetuaram durante o Império, foram depositários desse movimento intelectual, mantendo certas prioridades da agenda.

Em seguida, o foco passa a ser a instalação do Jardim Botânico em Olinda, seus primeiros anos de desenvolvimento até a Independência. As relações entre a proposta de Arruda da Câmara e o projeto político que foi implementado pelos gestores do Império, no entanto será objeto de alguns questionamentos. Em meio a essa trajetória, procuro dar visibilidade ao fato de que o repertório de plantas aclimatadas e distribuídas fizeram parte de escolhas políticas, econômicas, culturais, hábitos e práticas cotidianas das populações envolvidas.¹² Procuro também ressaltar a importância estratégica da instituição, como local de experiências agrícolas, mesmo que limitadas, difundindo espécies entre outros pontos do Império, e suas relações com as diretrizes básicas das políticas imperiais. Mesmo com dificuldades financeiras e aparente descontinuidade administrativa, veremos como, no expediente do Jardim de Olinda, se refletiam essas políticas nas províncias entre 1822 e 1854, quando é finalmente vendido em hasta pública.

¹² BEINART, W e MIDDLETON, K. “Transferências de plantas...”. Op. cit., pp. 173-175. Para os autores, “na botânica, assim como na cultura, as sociedades coloniais frequentemente criam formas novas e híbridas”, p.173.

I.

A partir das últimas décadas do século XVIII, a administração colonial portuguesa investiu em uma política mais sistemática de estudo da flora brasileira e de transferências de vegetais estratégicos para o desenvolvimento econômico das possessões, como forma também de estimular o comércio ultramarino e as arrecadações do real erário. Esses dois objetivos materializaram-se no esforço em criar jardins botânicos coloniais, juntamente à necessidade de propagar árvores de valor econômico.

As diretrizes dessa política foram gestadas, *grosso modo*, pela geração que sucedeu o consulado pombalino, dentro dos quadros da universidade de Coimbra e de uma mentalidade reformista e centralizadora em relação ao desenvolvimento das colônias. Essas ideias transformaram-se em políticas de estado entre alguns gestores portugueses, especialmente a partir da gestão de Martinho de Melo e Castro como primeiro ministro e secretário do Estado e dos Negócios da Marinha (1785-86) e seus sucessores na mesma pasta, especialmente D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1798-1801).

Embora Sousa Coutinho tenha prosseguido sua carreira em outros cargos,¹³ aquele ideal de desenvolvimento continuou a vigorar nas gestões seguintes. Isso se deve em parte à própria fragilidade do comércio lusitano, que em fins do século XVIII convivía com o esgotamento das jazidas auríferas, além da concorrência secular do açúcar do Caribe e das Antilhas. Ao mesmo tempo, a presença do Estado como fomentador de políticas reformistas visava acontornar os fantasmas das revoltas escravas do Caribe e das insurreições coloniais.¹⁴

¹³ Real Erário, entre 1801-03, Ministro da Guerra e dos Assuntos Estrangeiros (1808-12).

¹⁴ Sobre o clima político e os papel da Secretaria de Estado, ver MAXWELL, Kenneth. "A Geração 1790 e a idéia do império luso-brasileiro". In: *Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 157-207. Também, mais direcionado para a ocupação agrária e o pensamento naturalista, ver PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição...* Op.cit., p. 63-65 e ss.

Dentro das medidas racionalizantes, foi empreendida a reforma – estrutural e conceitual - da Universidade de Coimbra (1772), na qual o ensino da história natural assumiu um papel estratégico na formação dos estudantes, acrescentando-se o Jardim Botânico da Ajuda (1768) e a Academia Real de Ciências de Lisboa (1779). Circulavam entre essas instituições intelectuais portuguesas ligados à popularidade que a história natural vinha adquirindo em outras regiões da Europa, dentre os quais Domenico Vandelli, Pe. João Loureiro, Alexandre de Gusmão e o abade Correia da Serra.¹⁵

Em Portugal, o *slogan* veio, não surpreendentemente, de Lineu, “*Bom Deus! Se os lusitanos desconhecem os bens de sua natureza, como serão infelizes todos os outros que não possuem terras exóticas!*” em carta ao grande fomentador dos intelectuais lusitanos, Domenico Vandelli serviu de lema para intelectuais ligados à coroa apenas quando o atraso de Portugal era demasiado patente em relação às concorrentes colonialistas.¹⁶ Favorecidos por relativa abertura e estímulo à cultura impressa e à discussão letrada, a importância desses centros refletia-se em políticas de estímulo à diversificação da economia de sua colônia sul-americana, como tentativa de revigorar a economia metropolitana.

Se era dificultoso, ou mesmo muitas vezes impossível, concentrar todas as produções em uma única realidade geográfica, cabia à ciência e seus agentes acumular o máximo de conhecimento em museus, através de espécies dissecadas, ilustrações, e até tentar reproduzir situações ambientais diversas, através de estufas, por exemplo.¹⁷ Para Vandelli, no

¹⁵ PRESTES, M. E. *A Investigação da Natureza no Brasil-Colônia*. Dissertação de Mestrado, PPCA - USP, 1997, pp. 71-77.

¹⁶ Citado pelo próprio Vandelli em suas “Memórias sobre algumas produções naturaes das conquistas as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam” (1790). *Memórias econômicas da Real Academia de Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia de Sciencias, 1790, pp.187-203. Encontramos repetido num manuscrito colonial de meados do XVIII, o *Catálogo de gêneros do Brasil, e mais colônias portuguesas que ainda não estão no comércio ordinário commercio*. Arquivo Nacional, Mss. Cx.731. Pct.02. Disponível digitalmente em: www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br. Acesso, 23/09/2011.

¹⁷ É sintomático que a obra de Lineu, embora devedora das experiências botânicas neerlandesas e francesas, venha de um homem de letras de um país pequeno, com escassez de terras

entanto, o naturalista não deveria ser apenas um catalogador diligente, porém conhecer os usos locais e as possibilidades econômicas de cada espécie. Esse viés prático pode ser creditado a uma orientação pragmática do conhecimento da história natural com a finalidade de estimular o comércio e a indústria do império ultramarino.¹⁸

Afora as discussões acerca do desenvolvimento econômico doméstico, a solução dos problemas ultramarinos passava pela revitalização do sistema colonial, fundado especialmente nas riquezas da terra e pela otimização das atividades agrícolas tradicionais. Nesse último ponto, é exemplar a coleção organizada por Fr. Mariano da Conceição Velloso, diretamente sob a supervisão de D. Rodrigo, *O Fazendeiro do Brasil*, em onze volumes publicados entre 1786 e 1806.¹⁹ Outra figura que surge nesse período é a do “agricultor ilustrado”, atualizado nos métodos “filosóficos” de cultivo e organização das fazendas, dentro de um movimento de diversificação de atividades agrícolas que vinha da segunda metade do XVIII.²⁰

agricultáveis e pouca variedade climática, além de desprovido de possessões coloniais, como a Suécia. A sistemática lineana viria assim preencher o vazio de produções coloniais e de biodiversidade internas com o acúmulo de um conhecimento universal a partir da síntese das descrições de viajantes em diversas partes do mundo. Para uma boa síntese da biografia de Lineu, ver KOESNER, L. “Carl Linnaeus in his time and place”. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A. & SPARRY, E. C. *The Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996, pp.149-155.

¹⁸ VANDELLI, D. *Diccionario de termos technicos de História Natural: extrahidos das obras de Linnéo com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos : e a Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos: que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora*. Domingos Vandelli Director do Real Jardim Botânico, e Lente das Cadeiras de Chymica, e de Historia Natural na Universidade de Coimbra. &c. - Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788. Disponível em www.archive.org. Acesso: 24/08/2011.

¹⁹ Os volumes foram editados na recém-fundada Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, em Lisboa, e Conceição Velloso fazia parte dos antigos membros da Academia Fluminense do Rio de Janeiro. Cada volume abordava uma cultura específica, desde as características botânicas até métodos de aperfeiçoamento das unidades produtivas, e o objetivo de Souza Coutinho era vender os volumes entre os agricultores. Sobre isso, ver WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 11 (suplemento 1), pp. 131-40, 2004. Ver também PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição...* Op. cit., p. 55; e DIAS, M. O. “Aspectos da Ilustração brasileira.” “Aspectos da Ilustração no Brasil” in: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 58-60.

²⁰ ALDEN, D. “Manoel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth

O momento era de valorização de produtos como sebo, arroz, tabaco, algodão, couros e cêra, tanto pelas demandas internacionais como pela abertura dos portos às nações estrangeiras.²¹ Nas culturas como o arroz, cana-de-açúcar, algodão e tabaco, importou-se variedades mais competitivas e rentáveis, a fim de promover a revitalização da economia agrária brasileira.²² O café, que já estava comprovadamente aclimatado desde fins do XVIII, começava a expandir-se em regiões diversas, antes de estabelecer sua hegemonia no Vale do Paraíba.²³

A criação de Jardins Botânicos cumpriria também a função de recolher o conhecimento botânico existente nas colônias, e ao mesmo tempo implantar novas possibilidades de produtos comercializáveis. Assim, desde 1798 já circulava uma Ordem Régia para que Pernambuco e outras capitanias, para

estabelecer, com a menos despeza que for possível, hum Jardim Botânico semelhante ao do Pará, em que se cultivem todas as Plantas assim indígenas, como exóticas, e em que particularmente se cuide em propagar de Semente as Árvores, que dão madeira de contrução para depois se semear em nas Mattas Reais.²⁴

A ordem aparentemente não foi cumprida imediatamente em nenhuma das localidades, mas havia uma série de iniciativas, envolvendo a transplantação de vegetais exóticos e a identificação de possibilidades estratégicas dentro da flora local.²⁵

century agricultural renaissance”. In: *Hispanic American Historical Review (HAHR)*. Vol. XXXIX, nº 4, Novembro de 1959, Duke Univ. Press. pp. 521-537.

²¹ ARRUDA, J. J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, pp. 479-480.

²² DIAS, M. O. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. Op. cit., p. 47.

²³ Ver, para mais detalhes, MARQUESE, R.B. e TOMICH, D. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: GRINBERG, K. e SALLES, R. *O Brasil Imperial*. Vol. II. 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, pp. 339-383.

²⁴ Carta régia de 19.11.1798, AHU, Códice 574 - fl.69v-70. A carta, assinada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, era dirigida ao Conde de Rezende e demais governadores. As demais capitanias eram nominalmente São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul).

²⁵ Sobre o desenvolvimento dessas atividades, ver RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governos a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 89-93 et ss. Para a

O jardim da cidade de Belém, único em funcionamento, beneficiara-se da proximidade com a Guiana Francesa, que possibilitou a vinda de técnicos especializados dos hortos estimulados pelos franceses, muitos deles fugitivos das rebeliões escravas do Caribe. Era, ademais, favorecido pela atuação enérgica de D.Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho irmão de D.Rodrigo e alinhado com a política da metrópole, e valendo-se das possibilidades de exploração do bioma amazônico.²⁶ Com o contato próximo da Guiana, o Jardim de Belém já conseguira aclimatar antes mesmo da chegada da Corte ao Brasil algumas das espécies anteriormente inacessíveis aos portugueses, como o girofleiro, cuja flor produzia o cravo-da-índia, e a muscadeira, do qual se colhe a noz-moscada.

Embora houvesse uma série de precedentes, foi durante os primeiros anos da instalação da Corte que uma série de idéias das décadas anteriores pôde ser posta em prática, coincidindo a ocupação do Ministério da Guerra por D.Rodrigo (1808-12). Já em 1809, Luís d'Ábreu, prisioneiro dos franceses na ilha de Maurício, conseguiu piratear sementes da palmeira imperial, além dos desejados cravo, canela e noz moscada, como também a fruta-pão, a cânfora, a toranja o abacate, o cajá-manga e o sagüeiro.²⁷ A ocupação militar da Guiana Francesa - e consequentemente de seu repositório vegetal - no ano seguinte apressaram a criação de locais apropriados para os vegetais remetidos da fazenda conhecida por *La Gabrielle*.²⁸ Com Luís de Abreu

continuidade da discussão, consultar KURY, L. "Homens de ciência no Brasil: Impérios coloniais e circulação de informações". In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Op. cit., pp. 109-29 e DOMINGUES, A. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos setecentos". In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro. Vol. XVIII (sup.), 2001, pp. 823-38.

²⁶ SANJAD, N. R. *Nos Jardins de São José...* Op.cit., pp.55-65.

²⁷ Luís de Abreu foi capturado, enquanto fazia viagem marítima, por uma esquadra francesa em 1809. DEAN, W. *A Ferro e a fogo...* Op. cit., p. 143. Além das especiarias, o sagueiro e a fruta-pão demonstravam a preocupação dos franceses de Maurício em estimular o cultivo de plantas que fornecessem meios de subsistência eficientes para as populações.

²⁸ Em Caiena, o complexo era formado pela *Habitation Mont-baduel* (conhecido também como *La Gabrielle*), *Habitation Tilsit* e a Fábrica de Madeiras de Nancibo - onde se propagava madeiras de construção para o arsenal da marinha francesa. SANJAD, N. R. *Nos Jardins de São José...* Op. cit., p. 92.

e principalmente com Caiena, iniciaram-se as transferências para as quintas reais o Rio de Janeiro, e projeto de uma fábrica de pólvora num arrabalde da capital, já possivelmente previa a utilização do local como um local de aclimação.²⁹

Dentro dessa situação, saiu do prelo o *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas Principais Províncias do Brasil, oferecido ao Príncipe Regente Nosso Senhor* escrito pelo naturalista paraibano Manuel Arruda da Câmara (1752-1811), renovando o espírito que estava contido nas políticas do final da década anterior. Câmara representou um dos elos entre a “geração de 1790” e alguns dos representantes políticos e intelectuais locais da primeira metade do XIX, que participaram da gestão dos Jardins Botânicos e das políticas agrárias do Império. Seu legado intelectual não ficou restrito apenas às províncias nas quais concentrou suas atividades (Pernambuco e Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), mas continuou a circular entre os representantes da elite intelectual nacional.³⁰

Embora o grande objetivo estratégico da coroa fosse a aclimação das especiarias, já iniciado desde o século anterior com relativo sucesso³¹,

²⁹ MARCHANT, A. “Dom João’s botanical garden”. In: *HAHR*, vol. XLI, nº2, Maio de 1961. Duke Univ.Press, pp. 259-274 e pp. 265-68.

³⁰ As obras do naturalista paraibano foram revisadas pelos cientistas imperiais brasileiros, especialmente Francisco Freire Allemão, ligado ao IHGB (1838) e a Sociedade Vellosiana de Ciências Naturais (1850), como uma das grandes fontes de espécies locais identificadas taxonomicamente, servindo também ao grande compêndio de Joaquim de Almeida Pinto, o *Diccionario de Botânica Brasileira* (1873). Ver KIRKBRIDE JR. J. H. “A 19th century Brazilian botanical dictionary”. In: *Taxon* vol.56, nº3, Agosto 2007. p.927-937. Disponível em: <http://ddr.nal.usda.gov/bitstream/10113/7107/1/IND43973173.pdf>. Acesso: 05/09/2011. Sobre Freire Allemão, MELLO, J. A., “Manuel Arruda da Câmara - Estudo Biográfico”. In: CÂMARA, M. A. *Obras reunidas: obra coligida e com estudo biográfico por José Antônio Gonçalves de Mello*. Recife: FCCR, 1982, p. 45.

³¹ Havia uma tradição pátria, mencionada no discurso, de uma política de transferências de especiarias. Elas alertavam, implicitamente, para a necessidade de não se perder mais oportunidades. Em fins do século XVII, Pe. Antônio Vieira, Duarte Ribeiro de Macedo alertavam sobre a ineficácia da política monopolista de D.Manuel I, que proibira o plantio das especiarias do oriente em outras colônias, com vistas de proteger o lucro dos comerciantes envolvidos. Por volta dessa mesma época, a WIC neerlandesa transformara essa idéia em um pesadelo para a coroa portuguesa, e investiam contra as ilhas produtoras de especiarias do Índico, destruindo

o apanhado que Câmara realizou foi muito mais abrangente, deixando entrever o cosmopolitismo e ao mesmo tempo a atenção as riquezas vegetais nativas. Essa obra nos ajuda a entender também o papel das instituições formais, como os jardins botânicos, e reconhecer que havia uma carga de conhecimento e adaptação das populações coloniais em torno de certas espécies locais das quais extraíam materiais para sua vida cotidiana, bem como agentes coloniais – proprietários de terra, burocratas e eclesiásticos – que já empreendiam de longa data adaptação de espécies.³²

Para Câmara, revertendo a antiga tese de Aristóteles, os trópicos eram os locais ideais para a vida da humanidade, onde ao mesmo tempo necessita-se de menos “arte” para a sobrevivência – dada a amenidade do clima – e neles abundavam os recursos naturais:

Com efeito, a Natureza poucos frutos concedeu à Europa; a maior parte dos que nela se cultivam vieram d’outros países, comumente situada entre os Trópicos, ou suas vizinhanças.

as plantações de diversos locais com fins de concentrar essa importante fonte de divisas locais militarmente fortificados. Por outro lado, eles mesmos já haviam agido de forma muito mais liberal quando da ocupação do nordeste brasileiro, transplantando especiarias para a região, às quais foram mandadas exterminar na sua retirada. Os autores ressaltavam a importância de se copiar o exemplo, especialmente tendo em vista a virtual ruína do vice-reino lusitano das Índias Orientais. Os apelos dos conselheiros setecentistas foram acatados, e durante algum tempo entre [datas] remeteram-se mudas de caneleira e da pimenteira para a capital da Bahia, onde foram distribuídas entre burocratas, particulares e eclesiásticos. Além das dificuldades de transporte, tanto de sementes quanto de mudas, para ter sucesso era necessário escolher terrenos adequados para o plantio, e saber de necessidades específicas de trato das espécies, mas estudos mostram que a experiência foi bem sucedida. A plantação da Quinta do Tanque, dos jesuítas, e iniciativas particulares mostram que a propagação de ambas foi satisfatória, no entanto as pimenteiras não frutificavam, e o a canela envolvia questões de beneficiamento para a obtenção do produto final. Ver FERRAND, L. F. A. “A aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”. In: *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XV (separata), 1976, pp. 339-481. Ver também LAPA, J. R. A. “O Brasil e as drogas do Oriente”. In: *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 111-140.

³² Segundo uma síntese recente: “Os colonos desenvolveram seus próprios conhecimentos, não profissionais, sobre tecnologias botânicas, que orientavam sua tomada de decisão sobre quais plantas exóticas eram úteis e desejáveis – e como elas poderiam ser cultivadas em um ambiente hostil.” BEINART, W. e MIDDLETON, K. “Transferências de plantas...”. Op. cit., p. 167.

E que mesquinha e desgraçada não fora a condição do Europeus, se com a mais louvável indústria não tivessem transplantado os frutos, de que hão mister para sua sustentação e comércio?

A argumentação de Câmara baseava-se na situação oposta, constatando as ricas possibilidades que a colônia, por sua vastidão territorial e variedade de climas e latitudes, oferecia espaço para espécimes de todo o ecúmeno.³³ Se Portugal, sob a regência de D.João VI, merecera tanto cuidado em relação a agricultura, mereceria mais ainda o Brasil, visto que nele haveria a possibilidade de acúmulo da riqueza vegetal de todo o mundo³⁴

Câmara, assim como outros autores da época, reconhecia as experiências dos agentes franceses nas colônias, especialmente de Pierre Poivre, que atuara como intendente na ilha de Maurício, uma das mais importantes conquistas da *Compagnie des Indes* francesa em 1722, contra os ingleses e holandeses nos mares do Índico. Poivre e seu antecessor, Mahé Du Labbourdonnais, iniciaram uma série de experimentos botânicos, seguindo o exemplo do Jardim holandês do Cabo da Boa Esperança, no jardim conhecido como *Pamplemousses*.³⁵

³³ CÂMARA, M. A., “Memória sobre a utilidade...”. Op. cit., p. 202.

³⁴ Idem, p.199. Nesse sentido, é interessante uma comparação com uma grande referência para os naturalistas da época, Alexander Von Humboldt, que para um estudioso teve sua obra marcada pela experiência de suas viagens pelos Andes. A partir da constatação da variedade climática obtida da combinação entre as diversas altitudes e latitudes presentes na cordilheira, teriam surgido os *insigts* acerca do que mais tarde seria conhecido como *biogeografia*. CAÑIZARES-EZGUIERRA, J. *Nature, Empire and Nation: Explorations of the History of Science in Iberian World*. California: Stanford Univ. Press, 2006, pp. 112-115 et ss. Em uma *Memória sobre a caneleira*..de 1797, outro autor já argumentava que “A *Natureza*, distribuindo por toda a face da terra diferentes produções, parece ter estabelecido a mútua dependência da raça humana [...] sendo-lhes preciso mendigar nos paizes estranhos, o que lhe recusa o seu, para satisfazerem todas as quantas precisões haviam a si mesmo imposto”. GAMA, M. J. *Memória sobre o Loureiro Cinnamomo, vulgo canneleira do Ceylão, por ordem de S. A. R. o Príncipe Nosso senhor para acompanhar a remessa das plantas que pelas reaes ordens vão ser transportadas ao Brasil*. Lisboa: Officina Patriarcal, 1797, p. 9. Disponível em: <http://purl.pt/11983> (Biblioteca Nacional de Lisboa Online), Acesso: 05/09/2011.

³⁵ I. e. “Toranjas” ou “Toronjas” (*Citrus x Paradisi*). É interessante notar que essa espécie é um híbrido cujas origens remetem aos experimentos botânicos coloniais, surgindo em Barbados no

Para Richard Grove, o estabelecimento dos jardins coloniais envolvia interesses comerciais, de abastecimento, e a botânica médica praticada já no *Jardin du Roi*. Para Maurício foram levadas a mandioca - como solução para as crises de abastecimento - pêssegos, amoras e todo um imenso material de cultivares orientais, não discriminados por Grove, mas que pode ser entrevisto nas transferências feitas de Caiena para o Brasil.³⁶

De acordo com Câmara, caberia ao gestor do Jardim a escolha dos terrenos adequados para cada plantio, sua época e as condições especiais de tratamento das mudas; coletar e identificar os vegetais nativos úteis, informando aos interessados sobre suas melhores possibilidades de cultivo; promover a troca de espécies e de correspondências entre instituições similares, tendo “*prontos os caixões de pequenas plantas, e a coleção de sementes, que tiver de enviar aos jardins das outras capitanias*”, juntamente com instruções de cultivo “*e todas as observações concernentes a sua cultura*”; prestar contas anualmente do estado das plantações e das necessidades de manutenção, e por fim ser útil ao erário régio.³⁷

Ele previa que, com a finalidade de diminuir o custo desses estabelecimentos, os jardins deveriam priorizar a cultura de plantas lucrativas, como as especiarias orientais, mas alertava para outros usos estratégicos. Destarte, as plantas medicinais, como a ipecacuanha preta e branca, tamarindos, escamôneas. Com isso, pensava ele que se veria “*em pouco tempo o Brasil mais enriquecido e independente das outras partes do mundo, no que respeita às produções que a Natureza espalhou por todas*”.³⁸ De certa forma, era bastante objetivo na importância de consolidar o eixo de transferências de Caiena, e um modelo muito voltado para a fronteira atlântica, visto que entendia que seriam suficientes jardins em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, além do já consolidado em Belém.

século XVII, presumivelmente do cruzamento entre o Pomelo (*Citrus grandis*) e algum cultivar da laranjeira (*Citrus x sinensis*).

³⁶ GROVE, R. H. *Green Imperialism...* Op. cit., pp. 168-175.

³⁷ CÂMARA, M.A. “Discurso acerca da utilidade...” Op. cit., pp. 203-04.

³⁸ Idem, p. 204.

Por outro lado, é na segunda parte de seu tratado, uma *Lista das plantas úteis que merecem ser transplantadas e cultivadas*, que Câmara dava uma contribuição estratégica para a formação dos Jardins coloniais. Articulava as tradições do conhecimento da história natural do século XVIII, as experiências coloniais e o conhecimento local sobre as espécies vegetais. Transformou-as em um modelo, constituído-se assim em um manual para a formação de uma rede de estabelecimentos complementares entre si, suprimindo em cada um as dificuldades de cultivos dos demais, tendo em vista condições de clima e solo.

No estudo, estão listadas, com nomes vulgares e científicos, 21 espécimes asiáticos, 9 africanos, 14 européias, 4 norte-americanas, 1 mexicana, 1 da Nova Holanda, 4 de Caiena, 8 do Pará e do Maranhão, 7 do Ceará e 33 de Pernambuco. Além das enumeradas, recomendava o plantio de “*todas as plantas medicinais que estão em uso*” na Europa e de Caiena “*todas as plantas úteis que se acharem na Gabriela*” [sic]. O conhecimento universal e os padrões de classificação lineana das espécies, muito mais completos em relação a Ásia, África e Europa, aparecia, no *Discurso*, como complementar à propagação de espécimes locais.

Sob o ponto de vista da amplitude geográfica do conhecimento do naturalista, é interessante perceber que as duas áreas com maiores referências são a Ásia e os próprios territórios brasileiros: Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco, totalizando 48 espécimes. A preponderância do último – inclusive com as descrições mais completas – pode ser explicada pela própria experiência e interesses do naturalista com o meio ambiente local, mas as escolhas, de um modo geral, tinham uma grande variedade em termos de utilidade industrial dessas plantas.³⁹

Se esse programa de transferências fosse complementado com o desenvolvimento manufatureiro, “[...] *que Império haverá no mundo igual a este? Se se considerar mais abastado aquele agricultor, que comprar menos e vender mais, o mesmo se deverá dizer de um Estado, que estiver nas mesmas circunstâncias*”.⁴⁰ Em vários sentidos, foram pensados

³⁹ CÂMARA, M. A. “Discurso acerca da utilidade...”. Op. cit., pp. 205-27.

⁴⁰ Idem, p. 204.

prioritariamente como complementares ao desenvolvimento de redes de comércio, com a finalidade de enriquecer as metrópoles; mas em Câmara, estimulado pela presença da Corte no Brasil, passava a ter uma função ligada ao progresso doméstico.

A concepção de Jardim colonial envolvia, portanto, atividades diversas do modelo de museu da variedade do mundo vegetal, ou do jardim ligado às universidades europeias. Embora ligado conceitualmente e materialmente a essas redes, tinha um imperativo mais imediato, tornando-se uma estação experimental de novas possibilidades vegetais, e como uma tentativa de manutenção das condições ambientais para a continuidade do empreendimento colonizador.⁴¹ Nos decênios seguintes, essa diferenciação provocou tensões entre a botânica aplicada e a “científica”, mais preocupada com a sistematização dentro da taxonomia europeia. Para naturalistas setecentistas como Arruda da Câmara e outros brasileiros durante o Império, o conhecimento etnográfico dos usos de vegetais por populações, a pesquisa empírica e a classificação ainda se encontravam em contato íntimo.⁴²

A despeito do otimismo do autor sobre a viabilidade dos Jardins – não desinteressado, de todo – acompanhar o desenvolvimento do caso de Olinda, em comparação a outras instituições análogas permitirá desenvolver algumas questões a respeito das dificuldades de se implementar as soluções pensadas pelo naturalista e por sua geração. Como reconhecimento aos seus trabalhos, o naturalista já havia sido nomeado diretor da futura instituição local, antes mesmo dela existir efetivamente, ainda em 1810, falecendo no mesmo ano.⁴³ Deixou sua

⁴¹ É importante lembrar que o autor do *Discurso* havia “desertado” de Coimbra em meio aos estudos e seguido para Montpellier, onde funcionava um dos mais antigos jardins botânicos europeus (1583) e onde a curso de medicina estava intimamente ligados ao conhecimento botânico. Lá, muito possivelmente, o naturalista se familiarizou com últimas experiências coloniais francesas.

⁴² Para uma análise recente, ver AGUIAR, J. O. & BURITI, C. O. “Meio Ambiente e Cultura nas Capitanias do Nordeste Colonial: Nacionalismo e Reformismo Ilustrado na Obra do Naturalista Viajante Manuel Arruda da Câmara (1793-1814). In: *História*. Vol. 28, n.1, São Paulo, 2009, pp. 347-380.

⁴³ Segundo a cronologia de Gonsalves de Mello, em 26 de abril. “Estudo biográfico”. Op. cit., p. 91.

marca no desenvolvimento das atividades do Jardim nos anos seguintes, sempre visto como um marco na pesquisa científica local. Também, ao que parece, o *Discurso* foi a única obra de caráter conceitual escrita localmente, não esgotando suas decorrências, conforme veremos.

II.

Em 1811 o intendente de Caiena, João Maciel da Costa, diligente administrador da Coroa, fez uma remessa de plantas, acompanhado do francês Étienne-Paul Germain, supostamente entendido da cultura dos exemplares, a bordo da galeta *Maria Thereza* que atracou no Recife em 1º de maio. Maciel da Costa já defendera na corte a necessidade de criação do horto em Pernambuco, mas é obscuro ainda se houve contatos prévios entre ele e Caetano Pinto de Miranda Montenegro governador de Pernambuco (1808-1817), homem também de confiança da Coroa.⁴⁴

Germain instalou-se por um mês na residência do governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, onde deve ter feito os primeiros acertos. O Pe. João Ribeiro de Mello Montenegro foi encarregado da “[...] *inspecção e conservação das plantas de especiaria, proximamente vindas de Cayena*”, e autorizado a fazer despesas de aluguel de escravos e aforamento dos terrenos para viveiros, auxiliado pelo coronel do regimento de Olinda.⁴⁵

O terreno escolhido, se localizava na região vizinha ao Seminário de Olinda, na escarpa setentrional de dois morros, até sua base, uma região alagadiça que servia de limite com as terras da Igreja do Monte. Sendo o Pe. João Ribeiro professor de desenho no Seminário, “discípulo” de Arruda da Câmara, é interessante notar que o terreno seguia a descrição do naturalista na obra, discutida no tópico anterior:

⁴⁴ Ver SANJAD, N R. *Nos Jardins de São José...* Op. cit., pp. 96-99.

⁴⁵ Caetano Pinto de Miranda Montenegro (CPMM) ao (coronel do regimento de Olinda) Manoel Joaquim Barbosa de Castro, Recife, 10.05.1811, APE, OG.12. fl. 16v-17.

o lugar a se destinar o jardim incluía várzea, mais e menos fresca, terra argilosa, areíscas, altos expostos ao vento e ao sol; e será ainda mais necessário, que pelo jardim passe algum arroio ou fonte corrente, com a qual se possam facilmente regar as plantas⁴⁶

Germain, por outro lado, bem recomendado por Maciel da Costa, seguiu para a Corte, deixando uma considerável plantação que incluía o exorbitante número de 2483 matrizes de girifloro, muscadeiras, caramboleiras, urucus, sapotizeiros, pimenteiras da Índia e da Guiné, anis, quassia amarga, jalapa, bananeira do Taiti, algodão de São, lilases da China, corais da Índia, luserna, árvore da pinha - nos viveiros - assim como pés de fruta-pão, caneleiras, moringueiras, giriflores e nogueiras-da-Índia, já crescidas e prontas para multiplicação.⁴⁷

Esse pequeno exemplo da riqueza de Caiena mostra um programa de aclimações extremamente bem sucedido, visto que possuía pessoal instruído e familiarizado com a propagação e manejo, assim como algumas escolhas estratégicas: fora as tão cobiçadas especiarias, havia a luserna - erva forrageira - uma variedade de árvores de fruto, plantas medicinais como a jalapa e a quassia amarga, e o urucu, que era de uso corrente entre algumas tribos brasileiras e talvez já tivesse se difundido pela culinária da colônia.

⁴⁶ CÂMARA, M. A. “Discurso acerca da utilidade...”. In: Op. cit, p. 201. Uma descrição mais recente do terreno, indica que “*se desenvolve em relevo medianamente movimentado, em que se sucedem colinas do Grupo de Barreiras, de altitudes diversas, com escarpas ora suaves, ora íngremes, e várzeas quaternárias, mal drenadas, alagáveis.*” LIMA, D. A. “A Cobertura Vegetal do Horto de Olinda”. In: *Horto de Olinda-Plano Diretor*. Vol. 1 (texto), Recife: FIDEM-SEPLAN/PE, 1979, p. 128. O francês L. F. de Tollenare descreveu de forma parecida, acentuando os defeitos do terreno: “*O jardim de Olinda estende-se sobre o pendor de dous outeiros que se prestam quase que a todas as exposições. Os cimos são secos e áridos, e o fundo está habitualmente alagado o que é ainda uma boa circunstância; mas, o terreno estéril é demasiado arenoso; tem muito pequena superfície, apenas quatro geiras: estes são os defeitos.*” Registrava a presença de uma fonte de água mineral ferruginosa, outra dos pré-requisitos enumerados por Arruda da Câmara. TOLLENARE, L. F. *Notas dominicaes*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 170.

⁴⁷ “Situation de La Pépinière Royale des Epices & autres plantes étrangères apportées de Cayenne, dans la goëlette du Roy La princesse Marie Thérèse, laquelle pépinière Etablie à Olinda par les soins & Ordre de son Excellence Monseigneur Caetano Pinto de Miranda Montenegro commandeur de l’ordre du Christ gouverneur & Capitaine Général de la province de Pernambuco &c.” Apud MELLO, J. A. G. “Notas acerca da introdução...”. Op. cit., pp. 43-44.

Durante a estadia de Germain na corte, João Ribeiro acrescentou a essa lista outros vegetais já aclimatados localmente: a jaqueira, o tabaco da Virgínia e gonçalinhos de Moçambique e pinheiros de Minas.⁴⁸ Pouco antes das agitações de 1817, Tollenare relatou também a existência da salsaparrilha, ipecacuanha, baunilha e gengibre. As duas primeiras espécies eram de longa data utilizadas pela medicina local, a baunilha uma especiaria extraída da Amazônia e o gengibre, uma das espécies que sobreviveram à proibição seiscentista de cultivo de especiarias.⁴⁹

A impressão régia buscava patrocinar obras relativas à botânica e agricultura, como o *Discurso* de Arruda da Câmara, e através do periódico *O Patriota*, difundir conhecimentos práticos e experiências de cultivadores.⁵⁰ No entanto, há poucos estudos que possam garantir que as concessões, pelo menos no tocante à aclimação de espécies tenham causado grandes efeitos práticos em termos de produtividade em larga escala.⁵¹ Nos primeiros anos do Jardim de Olinda, continuaram as remessas de Caiena, mas Nelson Sanjad lembra que no ano de 1815, *La Gabrielle* deu prejuízo, provavelmente pela pouca rentabilidade do comércio internacional das especiarias.⁵²

Entre as principais referências do pensamento ilustrado, no que diz respeito à botânica, havia a necessidade de conhecer as possibilidades da flora brasileira, e ao mesmo tempo aproveitar as possibilidades do Oriente, conforme discutimos acima. Todavia, mesmo na obra

⁴⁸ OFÍCIO do Conde das Galveas a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Rio de Janeiro 11 de Março de 1812. Apud *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*, nº 37, 1890, pp. 92-93

⁴⁹ TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicaes...* Op. cit., pp. 30-31.

⁵⁰ O periódico circulou entre 1813 e 1814, com dezoito números, sendo no primeiro ano mensal e no segundo bimestral.

⁵¹ No município de Bonito, José Antônio Vieira foi incubido pelo governador Luís do Rêgo a propagar alguns vegetais do Jardim em sua fazenda Primavera, “para se conhecer se, com a mudança de lugar e clima, prosperem melhor, e deste modo se consiga os fins que Sua Majestade teve em vista quando mandou formar aquele estabelecimento”. O agricultor solicitou aos diretor do Jardim pés de canela, girofleiros, pimenteiras, coração-de-negro, nogueiras da Índia. O governo provincial reiterava seu apoio à iniciativa, recomendando ao diretor do Jardim que cuidasse com atenção dessa empreitada.

⁵² SANJAD, N. R. *Nos jardins de São José...* Op. cit., pp. 103-105.

de Arruda da Câmara, as referências mais objetivas sobre métodos de plantio, tratamento e escolha dos solos são pouco específicas para constituir-se em um guia prático para os cultivos, visto que muitas vezes são necessários certos cuidados individualizados em relação a cada espécie.

Durante o período joanino, os jardins botânicos provinciais não parecem ter dado ênfase às pesquisas em possibilidades nativas de produção, presentes na obra de Câmara e de sua geração, perdendo espaço para o repertório asiático que se encontrava já aclimatado pelos franceses na Guiana. Entretanto, dadas as informações acima mencionados, não é possível afirmar conclusivamente acerca da descontinuidade desses cultivos.

Espécies que já haviam sido aclimatadas, como a caneleira e a pimenteira, desde fins do século XVII, talvez até ligada a árvores mantidas desde a ocupação holandesa⁵³, ou até mesmo as nativas, como o urucu, foram transferidas a partir de Caiena e Belém. Neste último caso, a administração colonial, entusiasmada com a possibilidade de diminuir os custos de produtos até então obtidos em expedições na floresta amazônica, investiu também em espécies nativas do bioma local, criando um complexo de jardins e fazendas no que hoje é o centro histórico de Belém. Além do horto, funcionava um jardim de caneleiras e próximo a eles um passeio público.⁵⁴

Aressacerevolucionária não impediu o contínuo desenvolvimento do horto de Olinda. Germain foi deposto do seu cargo, e logo após a repressão ao movimento de 1817 o Padre João Ribeiro suicidou-se.⁵⁵ Logo em seguida, foi administrado pelo lente de Geometria do Seminário, Pe. Miguel Pegado, que foi rapidamente substituído por certo Cegemére Armant Michel Charre.⁵⁶ Nesses anos, há informações

⁵³ Em 1786 um informante da coroa – o Ouvidor Antônio Xavier Gomes - acreditava ter encontrado uma variedade local de caneleira na vila de Serinhaém, à qual atribuiu talvez a uma linhagem “dos holandeses”. AHU-PE, Cx. 156, D. 11257.

⁵⁴ SANJAD, N. R. *Nos Jardins de São José...* Op. cit., pp. 71-73.

⁵⁵ COSTA, F. A. P. *Dicionário de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 480.

⁵⁶ Charre era aos olhos do governador Luís do Rego “hábil agricultor, e inteligente para tratar

de dez escravos trabalhando no terreno. Para seu sustento, mandava o governo provincial mensalmente, através do Inspetor da Marinha, meia libra de carne seca por dia, mais uma quota de farinha.⁵⁷

Logo em 1818, o Jardim passava por reformas, embora não seja claro se houve algum dano físico ao local durante as agitações do ano anterior. Pela lista de materiais requeridos pelo diretor Jerônimo Luís Ribeiro, embora o texto pareça defeituoso, pode-se entrever uma boa quantidade de trabalhadores e a consolidação das atividades regulares do Jardim, visto que se requeriam duas “*marmitas de ferro para 20 pessoas*”, 50 “*varas de algodão para escravos*”, um “*alambique de cobre para 8 canadas*”.⁵⁸

Pedia-se também jogos de instrumento de carpintaria e carpina: foices de roçar e ceifar, ensinhos, enxós e ferros de cova e jogos completos de instrumentos de carpina e de pedreiros. Há indicações da presença de animais, visto que na lista constavam “*selas de arreio para cavalos*” e uma silhão, 12 silhas para comida dos rancho. Preocupações com a segurança do local, e talvez com o controle dos trabalhadores cativos, são indicadas pela espingarda e doze cadeados, uma cancela para o portão e argolas de ferro, candeias e lampiões.

Há sinais de que o Jardim desenvolvia, ou planejava desenvolver, algum beneficiamento das culturas, logo que há referências a tesouras de boticário, tições de calcinador, espátulas de ferro, um “*braço de balança para arroba com conchas de metal*” e pesos para a mesma, uma escumadeira grande. Além disso, são mencionados cem vasos de barro, reservatórios repartidos para sementes, um carro com pipa montada, uma carroça para condução do estrume.⁵⁹

Por outra portaria ainda pedia o diretor dois cavalos, uma canoa e carros de engenho para transportar vasos. O governo provincial, no

e cuidar das plantas exóticas e de especiarias do Jardim de Olinda”, mas não encontramos mais informações biográficas sobre esse homem, que talvez fosse outro emigrado de Caiena ou São Domingos. APE.R. Pro.7/2. Fl. 4, 13.07.1817.

⁵⁷ APE.R. Pro.6/1. Fl. 139, portarias de 04.09.1817 e 16.09.1817.

⁵⁸ APE.R. Pro.7/2. Fl. 117-117v. 03.11.1818.

⁵⁹ Idem.

entanto, não atendia a todos esses pedidos, inclusive ressaltando que “*Os carros dos engenhos não podem ser obrigados a trabalhos públicos senão por convenção [sic] ou urgente necessidade em cujo caso nunca esta o Jardim Botânico que deve fazer todas essas despesas*”.⁶⁰ Luís do Rego também pedia, alguns meses depois, a paralização das obras, “*delimitando-se por hora a conservação das plantas existentes, cultura das sementes e disposição de novas para se poderem propagar nesta e em outras capitânias*”.⁶¹

Do Real Jardim Botânico do Rio de Janeiro o ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal mandou, em 1818, sementes de chá, toranjeira, girofleiros saboeiro, sapotizeiro, piquí, sereiras e bambu, além de casulos da cochonilha.⁶² Nas cortes gerais de 1821, Luís do Rêgo, representando Pernambuco levou amostras de canela produzidas no Jardim e elogiava seu desenvolvimento.⁶³

Ferdinand Denis, que esteve no Brasil entre 1816-21, considerava “*o estabelecimento mais interessante de Olinda*”, para essa mesma época referia-se a quinhentas caneleiras. Mas corrigia a si mesmo ao chamar o jardim de “*botânico*”, preferindo chamá-lo “*de aclimação*”.⁶⁴ Em 1826, informa Pereira da Costa, havia 276 pés em crescimento. É necessário lembrar que no primeiro viveiro, Germain plantara apenas 20 mudas já prontas como matrizes. No mesmo ano o governo autorizava o diretor para que vendesse o cravo produzido pelas plantas do Jardim.⁶⁵

As possibilidades de converter a flora local em matéria-prima, que esteve presente nas propostas do naturalista, aparentemente foram postas em segundo plano frente aos vegetais exóticos e à busca de um novo produto que capitaneasse as exportações. Tollenare, visitando o Jardim de Olinda em 1816, já ponderava:

⁶⁰ APE.R. Pro.7/2. Fl. 118-118v. 03.11.1818

⁶¹ APE.R. Pro. 6/1. Fl. 181, 18.07.1818.

⁶² Ver COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos...* Op. cit. Vol. 7, pp. 38-39 e MELLO, J. A. G. “Notas acerca da introdução..” Op. cit., pp. 45-46.

⁶³ Ver COSTA, F. A. P. da. *Anais Pernambucanos...* Op. cit. Vol. 4, p. 362.

⁶⁴ DENIS, F. *Brasil*. São Paulo: Itatiaia; Ed. da USP, 1980, p. 274.

⁶⁵ COSTA, F. A. da. *Anais Pernambucanos...* Op. cit. Vol. 7, p. 24.

Seria muito para desejar que se ensaiasse também a cultura do chá, que já existe no Rio de Janeiro, e a do anil, que outrora deu aqui tão bons resultados.

O Sr. Arruda Câmara tinha preparado um magnífico trabalho sobre as plantas fibrosas e oleaginosas do Brasil; dever-se-ia encontrá-las todas no jardim de experiência, e poder obter sementes com instruções sobre o seu uso. A aclimação dos legumes e frutas da Europa deveria merecer a atenção do diretor.⁶⁶

No que diz respeito aos legumes, frutas e hortaliças europeus, pelo menos, desde o início da colonização – a se julgar pelos relatos dos cronistas – havia iniciativas de se adaptar com algum sucesso, como foi visto, assim como de plantas medicinais. Tollenare no entanto alertava para a possibilidade do Jardim assumir um papel muito mais amplo do que vinha sendo implantado, essencialmente voltado para o repertório oriental.

Ao contrário do que pensava Arruda da Câmara, os jardins não chegaram, aparentemente, a ser uma fonte de divisas para a fazenda pública, nem mesmo as plantas propagadas. A grande aposta que a Coroa fizera no repertório de vegetais tropicais que pertenceram à Caiena, em particular as especiarias, não teve sucesso como grandes artigos de exportação. Sua difusão local, possivelmente abastecendo o mercado interno, no entanto, não pode ser desprezada, necessitando de estudos mais detidos.

Eles faziam parte de uma antiga disputa, como vimos anteriormente, entre a coroa portuguesa e concorrentes coloniais como França e Holanda. Durante o século XIX essa questão tornava-se indiferente, inclusive dada a dispersão generalizada dessas espécies pelos trópicos, se não houvessem medidas práticas para garantir acesso aos mercados internacionais. Em 1838, mais de mil girofleios, anteriormente tão cobiçados, foram plantados no Jardim com o intuito de o “*aformosear*”.⁶⁷

⁶⁶ TOLLENARE, L.F. de. *Notas dominicais...* Op.cit., p. 171.

⁶⁷ RELATORIO da Repartição dos Negocios do Império à Assembléia Geral Legislativa na sessão

A primeira geração da Independência, cujo expoente mais conhecido é José Bonifácio de Andrada e Silva, era composta ainda de homens formados no espírito da geração reformista. Manteve os pressupostos de desenvolvimento prioritariamente agrário, que ganha forças na consolidação das alianças entre a agricultura exportadora.⁶⁸ Embora na corte intelectuais e homens de Estado continuassem a defender a valorização e pesquisa da vegetação local, elas conviviam com um apelo mais pragmático de desenvolvimento agrário em torno das culturas tradicionais.

O café, originário de transferências anteriores, só veio tomar corpo de grande mobilizador de capitais e mão-obra na década de 1830. O que os dados até agora mostram é o estímulo em se propagar o chá e a erva mate, esta já de longa data explorada nas terras meridionais, e que por suas qualidades estimulantes virtualmente conquistaria uma parcela do mercado europeu.⁶⁹

Ao mesmo tempo, no tocante à institucionalização das ciências naturais, centralizava-se as atividades científicas nas instituições da corte, o Real Jardim Botânico e o Museu Nacional. Para H.B. Domingues, esse processo, juntamente às tensões nas províncias, decorrentes das lutas do início da década de 20, teriam levado à ruína os jardins botânicos provinciais, ao não se inserirem no processo centralizador.⁷⁰

ordinária de de 1838 pelo Ministro e Secretário do Estado Interino dos Negócios do Império Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839, p. 23.

⁶⁸ Para J. A. Pádua, a primeira geração da independência relegou a crítica do escravismo como entrave ao desenvolvimento agrícola brasileiro ao segundo plano, mantendo no entanto o discurso contra o arcaísmo das práticas agrícolas, da política de terras e da necessidade de pesquisa e ensino. Evidentemente, a obra de Bonifácio, bem como de outros intelectuais de sua geração possuem nuances muito mais diversificadas do que pode abordar esse estudo. Ver o estudo detalhado sobre as propostas de Bonifácio, em PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição...* Op. cit., pp. 129-159.

⁶⁹ DEL PRIORE, M. e VENANCIO, R. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pp. 156, 161-162. Sobre a importância dos estimulantes na formação da mão-de-obra dos grandes centros industriais europeus, ver citação de MINTZ, S. W., na nota 10 acima.

⁷⁰ DOMINGUES, H. M. B. *Ciência: um caso...* Op. cit. pp. 70-71.

O Real Jardim Botânico do Rio de Janeiro passava a ficar sob a administração do Ministério do Império. Ao mesmo tempo, a publicidade em torno das ciências naturais foi capitaneada – a partir de 1831 - pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), e seu periódico *O Auxiliador*, que embora teoricamente autônoma esteve sempre ligada aos quadros governamentais.⁷¹

Em 1825 Ouro Preto, a capital mineira à época, instalou também um Jardim, que se dedicou principalmente ao cultivo e beneficiamento do chá. Dentro de um contexto internacional de disputas no Oriente pelo controle das plantações desse estimulante, as possibilidades de abastecer parte da crescente demanda europeia e local deviam encantar os gestores. Nesse movimento, permitiria-se reintegrar os territórios aos circuitos atlânticos através de um novo produto. No mesmo ano, concluíam-se as obras do horto de São Paulo, também visto como estratégico para a constituição dessa rede.⁷²

Em Belém, as tensões do movimento de independência deixaram o Jardim danificado. A coroa procurava estimular sua revitalização, enviando ordens para a retomada de suas atividades – com interesse nas drogas da Amazônia – e para a continuidade das trocas entre as instituições. As condições de conservação dos espécimes mais antigos era no entanto precária, e o grande complexo de jardins original foi paulatinamente desmembrado.⁷³

A partir de 1822, o Jardim de Olinda foi administrado por Bernardo de Serpa Brandão, diplomado em matemática pela universidade Coimbra, e um dos personagens do Império que conciliou a atividade política e a divulgação científica. Foi deputado provincial

⁷¹ Em sua inauguração, contava já com mais de duzentos sócios, e a “indústria” da qual falava o nome era essencialmente a agrícola, pensando na introdução de máquinas e na racionalização das formas de plantio, envolvendo os conhecimentos botânicos. NAGAMINI, M. “1808-1889: Ciência e Técnica na Trilha da Liberdade”. Op. cit., p. 164; DIAS, M. O. L. S. “Aspectos da ilustração no Brasil”. Op. cit., p. 118.

⁷² Ver ROCHA, Y. T. e CARVALHEIRO, F. “Aspectos históricos do Jardim Botânico de São Paulo”. In: *Revista Brasileira de Botânica*. São Paulo. Vol. 24, nº 4 (sup.), pp. 577-83, p. 579.

⁷³ SANJAD, N. R. *Nos Jardins de São José...* Op. cit., pp. 133-136, 140 et ss.

na primeira legislatura, em 1826, tendo que se ausentar diversas vezes ao longo de sua gestão, substituído então por seu ajudante, Vicente dos Guimarães Peixoto. Temos notícias de ter aproveitado suas viagens para levar plantas do Jardim, numa delas carregando consigo vinte caixotes, que foi possivelmente uma forma de capital político na Corte.⁷⁴

Mesmo com a atividade dividida, provavelmente Serpa Brandão aproveitava também de suas estadias na capital para promover sua gestão e manter contato com as políticas de incentivo agrário. Em 1825, acompanhando a criação do horto de Ouro Preto, o governo central apoiava um projeto de Serpa Brandão para a criação de um Jardim público em Recife, às margens do Capibaribe, no qual se investisse prioritariamente no cultivo do chá e da amoreira, para criação do bicho da seda, bem como na difusão das especiarias.

Fez contato com o *Jardin du Roy* e mostrou-se diligente dentro das orientações do estado imperial, requisitando plantas do Pará em 1829. O pedido de Serpa Brandão demonstrava conhecimentos da flora amazônica, pois incluía o abiu, o cubiu, o bacuri, o biriba, o Cutitiribá, a sapucarana, além do abacate de Caiena. A remessa foi, no entanto, de pimenteiras da índia, cravo-do-Pará, abricó, cana caiena, quina, barbatimão e cupuaçu, que chegaram mortas.⁷⁵

Se pelo transporte marítimo a transferência dessas plantas ainda apresentava os mesmos problemas de dois séculos atrás, é possível pensar o quão dificultoso seria a propagação pelo precário sistema de estradas que ainda se mantinha no país. Ademais, a propagação por sementes foi, aparentemente, sempre dificultosa. Mesmo assim, em 1829 Serpa Brandão foi nomeado diretor do Real Jardim Botânico da capital, onde ficou até o fim da vida, em 1851. Criou fama na corte como diligente e exemplar administrador, lembrado pelas aléias de palmeiras imperiais que mandou plantar.⁷⁶

⁷⁴ APE.R. Pro.9/5. Fl. 68v-69, 20.05.1826.

⁷⁵ MELLO, J. A. G. “Notas acerca da introdução...” Op. cit., p. 47. Para informações biográficas, ver COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos...* Op. cit. Vol. 7, p. 312. Ver também DOMINGES, H. B. M. *Ciências: um caso...* Op. cit., pp. 122-129.

⁷⁶ DOMINGUES, H. B. M. *Ciências: um caso...* Op. cit., p. 47.

A gestão dessas transferências e de ensino formal da botânica e agronomia foi aparentemente pouco sistemática, mesmo na capital. Em 1832, no primeiro relatório impresso do Ministério do Império, Nicolau Pereira Campos Vergueiro ressaltava a necessidade de aprimoramento das culturas locais, e de uma escola de agricultura. Mas as grandes promessas eram a erva mate e o chá. Um ano depois, o governo aprovou a criação de uma fazenda normal anexa ao Jardim, mas a efetivação tardou até o ponto de a SAIN tomar para si a responsabilidade de criá-la.⁷⁷

Mantinhm-se algumas dificuldades de comunicação entre a corte e as províncias. Em 1835, o Ministro do Império observara que *“Dos [jardins] existentes na cidade da Bahia, Minas Geraes, Pernambuco, Maranhão, e Pará, nada pode o Governo informar por estarem actualmente, entregues ás Administrações Provinciais”*.⁷⁸ Os relatórios seguintes dão uma idéia da quantidade de problemas que o Estado tinha que dar conta, dada a insegurança do abastecimento de mão de obra escrava causada pela proibição do tráfico.

As remessas da erva mate e do chá também demoravam a trazer retornos, e o relatório de 1836 publicizava o empenho de brasileiros no exterior em adquirir novas espécies.⁷⁹ Apesar dos constantes apelos dos ministros para o desenvolvimento agrícola, pouco pareciam saber acerca das atividades desenvolvidas pelos jardins provinciais, a não ser relativamente ao chá e à erva mate. A constatação de estagnação da agricultura convivia com fraudes em produtos locais como o algodão, a conchonilha e o anil, por outro lado, criava restrições aos produtos brasileiros no exterior, perdendo mercado até mesmo para produtores africanos, *“as quaes, se não parecerião eternamente votadas á barbárie, parecião com tudo terem de lutar ainda com ella por longos séculos.”*⁸⁰

⁷⁷ Idem, pp. 92-97.

⁷⁸ RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835 do Ministro do Império, José Ignacio Borges. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1706/>. Acesso: 21/06/2010.

⁷⁹ RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1837, pelo respectivo ministro e secretário de estado Antônio Paulino Limpo de Abrêo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837, pp. 22-23.

⁸⁰ Idem, p. 25.

Em Minas e São Paulo fazendas normais foram estabelecidas junto aos jardins locais, e pelo menos para a antiga capital do ouro, parece não ter tido sucesso entre os agricultores locais. Embora as plantas de chá prosperassem, o beneficiamento necessário para a obtenção do chá preto, que era a principal forma de acesso aos mercados europeus, era aparentemente tosco, prejudicando a aceitação do produto.⁸¹ A proximidade com a corte e a crescente participação da elite regional nos quadros do Estado também facilitava o acompanhamento das políticas centrais.

Como lembrou Sanjad, aqueles jardins foram fundados diretamente subordinados aos governos provinciais, enquanto tanto o caso de Belém quanto o de Olinda, eram instituições herdadas da estrutura burocrática do período joanino.⁸² Pelo menos o que nossa documentação indica era administrado sem nunca se levar em conta os aspectos jurídicos, embora o governo provincial tenha sido claramente o responsável direto pela regulação dos gastos da instituição e nomeação dos diretores após 1829.⁸³

Os jardins de Belém fragilizaram-se continuamente até a década de 1840, como resultado dos conflitos internos, do pouco investimento do governo imperial e da desocupação antigo centro científico da capital, mas após certa pacificação, a administração provincial conseguiu manter a área do Horto, entre descontinuidades administrativas. Nas décadas seguintes, com a valorização da borracha, o jardim conseguiu manter-se dentro do revitalização da cidade.⁸⁴

Em Pernambuco havia uma aula de agricultura instalada, segundo Pereira da Costa, desde 1811, mas não encontramos informações acerca

⁸¹ FIGUEIREDO, A. C. *Cultura do chá na província de Minas Gerais: Projeto de uma política agrária de inserção de novos cultivos no Brasil Império*. Monografia de conclusão de curso de História, Belo Horizonte: UFMG/IFCH, 1999, pp. 39-49.

⁸² SANJAD, N. R. *Nos jardins de São José...* Op. cit.

⁸³ Por três vezes, os diretores foram nomeados por avisos régios, segundo Informações de Pereira da Costa, de que assim o foram Étienne-Paul Germain, Jerônimo Luís Ribeiro, e Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto. COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos...* Op. cit., vol. 7, p. 312.

⁸⁴ SANJAD, N. R. *Nos jardins de São José...* Op. cit., pp. 152-169 et ss.

do tema.⁸⁵ Por decreto de 9 de outubro de 1829, foi instituída a cátedra de Botânica, da qual seria lente o diretor do Jardim Botânico, ficando assim as duas associadas.⁸⁶ Gonsalves de Mello fala que dos primeiros anos “*nada se fez de proveitoso*”, mas infelizmente não deu pistas de onde encontrar mais informações.⁸⁷ . O regulamento de 1841 do Liceu recifense previa aulas de História Natural, e um ex-diretor do Jardim, João José Pinto, foi nomeado para a cadeira, mas não encontramos nenhum conteúdo programático da mesma.⁸⁸

O jardim de Olinda, defasado no que diz respeito aos principais produtos promovidos pelo governo central, manteve uma atividade de difusão de espécies, com um enfoque diferente. As remessas de plantas podem ser localizadas com alguma frequência no expediente do governo local. Por uma ou duas vezes, em 1836 foram enviadas plantas para o jardim de Ouro Preto.⁸⁹ Lá se aclimatou, pelas informações que encontramos, essencialmente o mesmo repertório de exóticos que já estava presente nas primeiras listas: abacateiros, jambeiros, jaqueiras, girofleiros, caneleiras, nogueiras e caneleiras.⁹⁰

É interessante constatar que a planta campeã de transferências para outras localidades foi a árvore de fruta-pão. Aparentemente, era uma tentativa de colocar uma alternativa à mandioca como gênero básico de alimentação, já que muitas as remessas foram feitas para Maranhão, Bahia – que também possuíam jardins de aclimação⁹¹ - e

⁸⁵ COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos...* Op. cit.

⁸⁶ Idem, vol. 10, p. 46; MELLO, J. A. G. “Notas acerca da introdução...” Op. cit., p. 48.

⁸⁷ MELLO, J. A. G. “Notas acerca da introdução...” Op. cit., p. 48.

⁸⁸ APE.R. Pro.6/3. Fl. 11. 26.09.1836 e Fl. 302v-303. 16.08.1837.

⁸⁹ APE.R. Pro 9/11. Fl. 162v.

⁹⁰ FIGUEIREDO, Alice Corrêa. *Cultura do chá na província de Minas Gerais: Projeto de uma política agrária de inserção de novos cultivos no Brasil Império*. Monografia de conclusão de curso de História, Belo Horizonte: UFMG/IFCH, 1999, p. 20.

⁹¹ A única referência segura que temos, no entanto, é um relatório do Ministro do Império, que relatando as atividades dos jardins, refere-se que “*Dos existentes na cidade da Bahia, Minas Geraes, Pernambuco, Maranhão, e Pará, nada pode o Governo informar por estarem actualmente entregues ás Administrações Provinciais*”. In: RELATORIO da Repartição dos Negocios do Império à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de de 1835 pelo Ministro e Secretário do Estado Interino dos Negócios do Império José Ignácio Borges. Rio de Janeiro: Typographia

Fernando de Noronha, as duas primeiras, províncias populosas e com alta concentração de escravos urbanos, a última uma ilha para a qual se transportava presos. Essa mesma utilidade estava na raiz da sua provável chegada à América em meados do século XVII, vinda do Taiti, como planta alimentar para os escravos do Caribe.⁹²

Para a ilha de Fernando de Noronha saíram sementes e mudas em 1819, entre elas cafeeiros, nogueiras, cacaueteiro, girofleiro, amoreira, caneleira, e pimenteira-da-Índia e fruta-pão,⁹³ seguindo as instruções que foram dadas anteriormente, no mesmo ano ao comandante da ilha para que estimulasse o cultivo de plantas, especialmente da mandioca.⁹⁴ Dois anos depois, enviou-se sementes de café e tabaco.⁹⁵ Em janeiro de 1824 foi ordenado ao “*administrador*” do Jardim Botânico de Olinda, preparar sementes e plantas requeridas pelo Governador de Noronha, Luís de Moura Acióli.⁹⁶

Em 1833, informações sobre mais três remessas foram localizadas. Numa delas, pedia ao diretor para enviar “*sementes de mandioca*”, e seis meses depois novamente pede-se em caráter de urgência as mesmas, juntamente com caroços de fruta-pão. Outra remessa é referente a uma lista de pedidos do comandante da ilha, que não aparece discriminada, mas percebe-se a importância que as autoridades reservavam a essa empreitada, já que pedia ao diretor do Jardim para informar acerca das quais não era possível fazer o envio, para que pudessem ser providenciadas de outras fontes.⁹⁷

Nacional, 1836, p. 23.

⁹² FERRÃO, J. E. M. *A aventura das plantas...* Op. cit., p. 179. Na lista de vegetais úteis compilada por da Câmara no seu *Discurso* de 1810, essa espécie encabeçava a lista, considerada uma “*árvore preciosa*”, e seus frutos – o “*pão amassado pelas mãos da natureza*” – colhidos antes da maturação, “*têm gosto de pão de trigo fresco, servindo de nutrimento ao mesmo tempo agradável e sadio [...] em tão grande abundância que bastam três árvores para sustentarem um homem por espaço de um ano*” Câmara, Manuel Arruda da. “Discurso sobre a utilidade...”. In: CÂMARA, M. *Obras Reunidas...* Op. cit., pp. 205-206.

⁹³ APE.R. Pro.7/4. Fl. 103v, 09.11.1819.

⁹⁴ Apud COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos...* Op. cit., vol. 8. p. 41.

⁹⁵ APE.R. Pro.7/5. Fl. 44v, 17.08.1824.

⁹⁶ APE.R. Pro.9/2. Fl. 20, 26.01.1824

⁹⁷ APE.R. Pro.9/7. Fl. 112v, 11.02.1833, APE.R. Pro.9/8. Fl. 14v, 15.07.1833, Fl. 65, 21.01.1833.

Em 1835, foram enviados mais vinte pés de fruta-pão, e outra remessa foi de tal quantidade que foi requerido ao diretor do Arsenal da Marinha para mandar uma “*canôa grande*” à cidade de Olinda, para receber no Jardim Botânico “*diferentes caixotes com plantas e sementes para a Ilha de Fernando*”. Neles estavam contidos 10 pés de fruta-pão, 2 de baba-de-boi, 1 de oiticoró, 9 de fruta-do-conde, 20 de bananas compridas, 150 sementes de inhame da costa, 800 de batatas da terra e inglesa, 140 de morangos, 2 quartas de dendê, 4 caroços de Jaca, 220 canas crioulas, 230 de canas de Caiena, 1 feixe de maniva de macaxeira e um caixão com sementes de amendoim da terra, de café, fruta pão de caroço, jambos e tamarindos.⁹⁸ Essas remessas continuaram em 1837, e entre 1839 e 1841 são do nosso conhecimento outras grandes remessas, das quais constam dezenas de pés de fruta-pão, caneleiras, amendoeiras, algumas pimenteiras e mais de 120 pés de café.⁹⁹

Pelas informações contidas, a importância do Jardim foi deslocada das especiarias, embora ainda presentes, para plantas alimentares básicas, fruta-pão, batatas, mandioca e o inhame - importante aclimação africana dos primeiros tempos da colonização, juntamente com o dendê. Entre 1838 e 1841, as listas elaboradas por Joaquim Jerônimo Serpa, também acusa a predominância do fruta-pão entre particulares, bem como de uma grande parte dos vegetais que nos decênios anteriores vieram de Caiena.¹⁰⁰

O botânico George Gardner, ao visitar o Jardim, viu também mangueiras e “*umas poucas plantas medicinais européias lutando para*

⁹⁸ APE.R. Pro.9/10. Fl. 228, 21.03.1835, APE.R. Pro.9/11. Fl. 19v-20, 01.08.1835., APE.R. Pro.9/11. Fl. 68v, 23.12.1835.

⁹⁹ APE.R. Pro.9/12. Fl. 5, 09.09.1837. Também a Ordem ao diretor do Jardim Botânico de Olinda para remeter, ao comandante da escuna Vitória, seis pés de árvores de fruta-pão, a serem entregues ao comandante da Ilha de Fernando, com saída para o dia 01.11 do mesmo ano. No mesmo dia, ordena também ao comandante da escuna que receba os mesmos. APE.R. Pro.9/12. Fl. 34v-35, 27.10.1837. As informações do conteúdo das listas, inclusive da nota acima, está em COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos...* Op. cit., v. 8, p. 42.

¹⁰⁰ As listas referentes aos anos de 1838-39 e 1840-41 podem ser encontradas respectivamente em MELLO, J. A. G. “Notas acerca da introdução...” Op. cit., pp. 62-64 e, do mesmo autor, MELLO, J. A. G. *Diário de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º reinado*. Recife: Massangana, 1985.

sobreviver”, e em um artigo, o diretor Serpa citava também o açaí como bem adaptado.¹⁰¹ O diretor do Jardim possivelmente realizava outros serviços, como vemos em uma portaria de 1841, que requeria “*as folhas, pés e galhos e alguns pés das diferentes árvores do mesmo Jardim [...] para enfeitar os lados da pirâmide que se achava colocada no largo do Palácio [do governo] para a iluminação nas noites dos dias 17,18,19 do corrente*”.¹⁰²

Essas atividades, todavia, não eram geradoras diretas de divisas para a fazenda, e na década de 1840, parecia faltar boa vontade política local para manutenção do Jardim. Nos anos de 1838 e 39, o presidente da província Francisco do Rego Barros, em discursos dirigidos à Assembléia Provincial, alertava que para a manutenção do Jardim seria necessário melhores dotações orçamentárias, pagamento de vigias e aumento do terreno, visto que o diretor Joaquim Jerônimo Serpa o considerava insuficiente.¹⁰³ Ainda em 1839, o governo central mandava sementes para o Jardim, provenientes do congênere de Bruxelas.¹⁰⁴

No ano seguinte, em 26 de março, o diretor era convocado ao palácio do governo, “*afim de tratar sobre objetos relativos ao interesse público*.”¹⁰⁵ No mesmo ano, talvez movido pelo que tratou com o diretor, Rego Barros enumerava a distância da entre Olinda e Recife, e conseqüentemente a incapacidade de cumprir suas “*vantagens e recreios*”, bem como os problemas do terreno, como argumentos para propor que fosse vendido, e com o valor arrecadado se construísse outro, mais próximo à capital.¹⁰⁶

¹⁰¹ Apud MELLO, J. A. G. de, “Notas acerca da introdução...”, Op. cit., p. 48. GARDNER, G. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 52.

¹⁰² APE.R. Pro.6/3. Fl. 64-64v 12.07.1841.

¹⁰³ FALLA que, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa provincial de Pernambuco no 1º de Março de 1838, recitou o Exm. Snr. Francisco do Rego Barros, Presidente da mesma Provincia. Recife: Typographia de Santos & Cia, pp. 13-14.

¹⁰⁴ RELATORIO da Repartição dos Negocios do Império à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de de 1839 pelo Ministro e Secretário do Estado Interino dos Negócios do Império Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840, p. 23.

¹⁰⁵ APE.R. Pro. 6/2. Fl. 169, 26.03.1840.

¹⁰⁶ FALLA que, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa provincial de Pernambuco

A distância de Olinda não inviabilizara as várias transferências referidas anteriormente, e talvez o futuro Conde da Boa Vista tivesse planos de incluir um Jardim Público no seu projeto de melhoramentos urbanos no Recife. Rêgo Barros continuava insistindo em seus relatórios para a necessidade de manter o Jardim até se estabelecer outro no Recife.¹⁰⁷ É importante notar que o Jardim do Rio de Janeiro manteve-se em funcionamento não apenas por sua qualidade e utilidade científica, mas por se constituir também num referencial simbólico da capital.¹⁰⁸

Por outro lado, muito pouco da documentação do Jardim de Olinda comprova um investimento simbólico da população local. Parecia aos diretores ser melhor proteger o terreno da população da cidade, a maioria pauperizada. Provavelmente, era freqüentado mais assiduamente por estudantes do curso jurídico de Olinda, em busca de descansos entre as aulas, e por religiosos das diversas ordens locais, além de alguns interessados que aparecem nas listagens de remessas do diretor Serpa.¹⁰⁹ Dada a centralidade regional de Olinda no estudo do Direito, é possível que alguns desses estudantes ainda retornassem para suas províncias com espécimes a ser propagados.

A lei provincial nº 87, de disposição orçamentária, autorizara a venda do Jardim, destinando 2:000\$000 para as despesas deste e da

no 1º de Março de 1838, recitou o Exm. Snr. Francisco do Rego Barros, Prezidente da mesma Província. Recife, p. 13.

¹⁰⁷ Ver BEDAGA, B. “Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 4, out.-dez. 2007, pp. 1131-1157.

¹⁰⁸ Durante desde a década de 20, o Real Horto do Rio de Janeiro aos poucos ganhou importância de local público de circulação, por onde circulavam estrangeiros e locais, e o entorno da Lagoa de Rodrigo de Freitas passou por uma valorização estética da população carioca, segundo informa Oliveira Lima, que fala sobre as regiões da Gávea e do Jardim, que “*enchiam-se então rapidamente de casas de campo*”. LIMA, M. O. *Dom João VI...* Op. cit., p. 169.

¹⁰⁹ Ver, nesse sentido, uma notícia transcrita por Pereira da Costa de uma comemoração desses estudantes no Jardim. COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos...* Op. cit., vol. 9, p. 309. Na discussão da Assembléia provincial sobre a venda do Jardim, o deputado Manuel Joaquim achava o abandono “*uma barbaridade*” o lembrava haverem ali arvoredos e caminhos “*de estimação*” pelos moradores, sendo quase um passeio público - o que não pudemos comprovar na documentação, mas que vale como um bom registro dos sentimentos em torno de nosso objeto. Apud MELLO, J. A. *Diário de Pernambuco...* Op. cit., p. 217.

cadeira de Botânica, e para a escolha de um novo terreno.¹¹⁰ Era em média a mesma cifra que dispendia-se desde o ano de 1836, que no entanto não incluía despesas com a compra de algum outro terreno, e manteve-se para o biênio 1841-42.

Com a morte de Joaquim J. Serpa em 1842, e a extinção da cadeira de botânica o orçamento caiu no ano seguinte para módicos 400\$000.¹¹¹ Ainda no mesmo ano, as preocupações do Império para a província nem mencionavam o Jardim. As informações mais interessantes, para o Ministro, eram os novos métodos de beneficiamento do açúcar, e as pretensões locais em se fundar uma Fazenda Normal.¹¹² Na Assembléia provincial, também não havia boa vontade política para a manutenção do Jardim, embora algumas vozes ainda se manifestassem a favor.¹¹³

O deputado Figueiredo já previa no debate da Assembléia que arrendar seria o mesmo que extinguir, e pensava inclusive que nem gratuitamente alguém se interessaria em arcar com o ônus de tal empresa.¹¹⁴ Estava quase inteiramente correto, pois que não havendo nenhum interessado, acabou o Jardim sendo arrendado gratuitamente a Bernardo de Albuquerque Fernandes Gama em 13 de agosto de 1845.¹¹⁵ Doravante, o processo de degradação foi cada vez mais acelerado, sem que se conseguisse criar um substituto para o papel do Jardim.

A partir da década de 1850, consolidando-se na criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860, o interesse do Estado voltou-se para o aprimoramento das culturas tradicionais, estudando as pragas e os implementos químicos para o solo. Em Pernambuco, as inovações na parte industrial da produção de açúcar

¹¹⁰ APE.LP. T.V – 1840

¹¹¹ APE.LP. T.VIII – 1843.

¹¹² *RELATORIO da Repartição dos Negocios do Império à Assembléia Geral Legislativa, na 2ª sessão da 5ª Legislatura pelo de 1842 pelo respectivo ministro e secretário d'Estado José Antônio da Silva Maia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843.

¹¹³ A discussão, publicada no *Diario de Pernambuco*, está copiada em MELLO, J.A.G. *Diario de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado*. Recife: Massangana, pp. 216-220.

¹¹⁴ Idem, p. 220.

¹¹⁵ Apud MELLO, J. A. G. *Diario de Pernambuco...* Op. cit., pp. 221-222.

e algodão promoveram uma retomada dessas atividades tradicionais, mas ainda faltam estudos mais detidos sobre as alternativas agrícolas utilizadas localmente.

Por outro lado, a pesquisa que subsidiou este artigo e os trabalhos sobre os jardins provinciais de Belém e Ouro Preto mostram que estas instituições mantiveram-se por algum tempo dentro do interesse direto do estado, continuaram suas atividades, cada uma operando estrategicamente dentro de certos limites. No caso de Olinda, é possível perceber que cumpriu algumas funções diversas das pensadas pelo governo central. As condições políticas locais também tiveram peso nos rumos desses jardins, embora sejam ainda necessárias pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

Embora o reformismo ilustrado do século XVIII e os gestores da política agrária do Brasil sempre se referissem à falta de luzes, ao apego a rotina, entre os lavradores, ou diagnosticassem o problema com relação à mão de obra escrava. Entretanto, esses mesmos elementos já haviam realizado, ao longo dos quatrocentos anos, uma série de transferências bem sucedidas, conforme já argumentei acima.

Esse conhecimento prático, no entanto, nunca foi, ao que parece, transformado em manuais de larga circulação ou repassado por instituições específicas. É possível que esse repertório transferido de forma não-institucional, especialmente entre as possessões tropicais, se valesse de certa facilidade de adaptação e portanto não demandasse o uso de técnicas mais elaboradas de controle das condições básicas – insolação, água e escolha dos solos. A cana de Caiena, importada para o Jardim e daí vulgarizada entre os agricultores, alcançou larga difusão, sem nenhuma ação estatal para estimular seu plantio, que partia muito mais do interesse dos plantadores.¹¹⁶

Outras questões, como o acesso a mercados compradores, a locais de plantio, e o estímulo a práticas agrícolas diversificadas também mantiveram-se, durante o período, mais como uma utopia

¹¹⁶ EISENBERG, P. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Campinas: Paz e Terra, 1977, pp. 59-60.

de uma elite intelectual, que perdeu cada vez mais espaço dentro das alianças entre os grandes plantadores e o Estado imperial.

Os dados referentes às remessas do Jardim mostram que não houve um fracasso total das iniciativas de aclimação, que atendiam a interesses particulares. Em um dicionário histórico e geográfico do Brasil, publicado em 1845 – resultante, no entanto, de vinte anos de anotações de um francês residente no país - não mereceu o Jardim referência alguma, apesar de o autor mencionar “*árvores frutíferas dos trópicos do antigo e novo mundo, particularmente as mangueiras e pimenteiras da índia*”.¹¹⁷ O que pode ter ocorrido é uma discrepância entre as referências da política oficial e os interesses e necessidades das populações urbanas e rurais, bem como pode haver uma carga de preconceito e desconhecimento implícito nos documentos dos gestores estatais.

Nas décadas de 1840 e 50, para Recife, J.A. Gonsalves demonstrou, a partir de anúncios de imóveis e de vendedores de plantas no Diário de Pernambuco, que os mesmos vegetais que faziam parte do acervo do Jardim de Olinda continuavam a circular localmente como artigos de venda, embora não seja possível atestar a rentabilidade do negócio. Nas descrições dos imóveis, a existência de fruteiras nos terrenos era colocada como um valor específico, e estavam incluídas, para produção doméstica, pés de café, caneleiras, bananeiras e muitas outras exóticas.¹¹⁸

Esses usos foram deixados à margem dos interesses oficiais do Estado, mas permaneceram como elementos materiais da vida urbana de diversas cidades, que mereceria ser melhor estudada, bem como um possível mercado interno dinâmico que continuou

¹¹⁷ SAINT-ADOLPHE, J. C. Milliet de. *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil, contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia; sua população, commercio, industria, agricultura e productos mineralógicos; nome e descripção de seus rios, lagoas, serras e montes; estabelecimentos litterarios navegação, e o mais que lhes é relativo*. Transladada em português do manuscrito inédito Frances, com numerosas observações e adições, pelo Dr. Caetano Lopes de Moura. Paris: J. P. Aillaud Editor, 2º volume, p. 173.

¹¹⁸ MELLO, J. A. “Notas acerca da introdução...” Op. cit., pp. 50-51.

a extrair valores dessas espécies. Espero que este artigo ajude a recolocar a importância de se entender as relações mais amplas entre os temas abordados e a história local, mostrando que ainda há um longo caminho intelectual a ser percorrido para compreendermos mais acuradamente as relações entre homens e vegetais.

Recebido em: 02/08/2011

Aceito em: 17/12/2011